



PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 2023, o setor das Administrações Públicas (AP) apresentou um saldo positivo (capacidade líquida de financiamento) de 3 194 milhões de euros, correspondente a 1,2% do PIB (-0,3% em 2022).

Entre 2022 e 2023, a receita total das AP aumentou 9,0% (mais 9,5 mil milhões de euros), em grande medida impulsionada pelo aumento da receita corrente (8,1%, mais 8,5 mil milhões de euros).

No mesmo período, a despesa total das AP registou um aumento de 5,2% (mais 5,6 mil milhões de euros), tendo a despesa corrente aumentado 4,5 mil milhões de euros (4,6%) em consequência do crescimento das remunerações dos empregados (variação de 7,6%) e da despesa com juros (variação de 23,3%). A despesa de capital aumentou 1,0 mil milhões de euros em 2023, correspondente a 11,1%.

As contas do setor das Administrações Públicas (AP) apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) e com as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas¹. Os dados apresentados são enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010 e são consistentes com a primeira notificação de 2024 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro seguinte apresenta os valores preliminares dos principais agregados das AP para o ano de 2023, discriminados por subsetor institucional².

Quadro 1. Principais agregados das Administrações Públicas
dados preliminares

Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S.13	S.1311	S.1313	S.1314
OTE	Despesa total	112 428	80 837	17 144	31 990
OTR	Receita total	115 621	78 509	16 997	37 660
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	3 194	-2 329	-148	5 670

Nota: Para o total da despesa (OTE) e para o total da receita (OTR), a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia. O referido manual está disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-manuals-and-guidelines/w/ks-gq-23-002>.

² Em anexo a este destaque, são disponibilizados ficheiros Excel com informação adicional.



Na estrutura da receita, destaca-se, face a 2022, a diminuição do peso relativo em 1,0 ponto percentual (p.p.) dos impostos sobre a produção e a importação, que, não obstante, se mantêm como a principal fonte de receita pública, correspondendo a 33,3% da receita total. Dado o crescimento da atividade económica e do mercado de trabalho, quer as contribuições sociais, quer os impostos correntes sobre o rendimento e o património aumentaram o seu peso relativo na receita total em 0,4 p.p., para 28,3% e 24,6%, respetivamente. No conjunto, o peso relativo da receita corrente diminuiu 0,8 p.p. face ao ano anterior, dado o crescimento da receita de capital.

O Quadro 3 apresenta os valores das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2022 (dados provisórios) e 2023 (dados preliminares).

Quadro 3. Despesas das Administrações Públicas

Código da operação	Designação da operação	2022	2023	Taxa de variação
		10 ⁶ EUR		%
OTE	Despesa total	106 874	112 428	5,2
	Despesa corrente	97 656	102 192	4,6
	da qual			
D.1	Remunerações dos empregados	25 825	27 787	7,6
D.62	Prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie	40 100	41 739	4,1
D.41	Juros	4 664	5 752	23,3
D.9+P.5+NP	Despesa de capital	9 217	10 236	11,1

A despesa total das AP registou um aumento de 5,2% entre 2022 e 2023, em resultado do crescimento de 11,1% da despesa de capital e de 4,6% na despesa corrente.

Para o aumento da despesa corrente contribuíram de forma significativa as remunerações dos empregados (crescimento de 7,6%, em 1 962 milhões de euros) e a despesa com juros (aumento de 1 019 milhões de euros, traduzindo uma variação de 23,3%), refletindo as medidas de valorização dos rendimentos e carreiras dos trabalhadores em funções públicas, iniciadas em 2023 e a subida considerável das taxas de juro. Este aumento dos encargos com juros interrompe a tendência decrescente iniciada em 2015.

No caso das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie, o aumento foi de 1 649 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de crescimento de 4,1%, refletindo as atualizações das pensões enquadradas no regime geral da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, bem como o aumento no número de pensionistas. As prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie continuam a incluir medidas de mitigação do impacto do choque geopolítico, se bem que com um valor menos significativo do que no ano anterior (580 milhões de euros em 2023, que compara com 2 mil milhões em 2022).

Nas restantes rubricas da despesa corrente, salienta-se a redução de 25,5% dos subsídios pagos, refletindo a diminuição do valor associado ao registo, como subsídios pagos, da alocação adicional de verbas ao Sistema



Elétrico Nacional (SEN) para redução das tarifas de eletricidade, uma das medidas de mitigação do impacto do choque geopolítico, que foi de 650 milhões de euros em 2022 e de 200 milhões de euros em 2023.

O aumento da despesa de capital decorreu fundamentalmente do aumento da formação bruta de capital (+17,5%), impulsionada pela aplicação dos fundos europeus referentes ao PRR (aumento de 1 017 milhões de euros).

A variação das transferências de capital foi inferior a 1,0%, tendo mantido o nível elevado observado em 2022, refletindo várias medidas extraordinárias de despesa de capital. Em 2023, estas medidas incluíram o montante referente à reprivatização da EFACEC (impacto líquido de 166 milhões de euros), o registo de perdas adicionais de créditos não passíveis de recuperação detidos pela Parvalorem S.A. (916 milhões de euros), a conversão de ativos por impostos diferidos (DTA) do Novo Banco em crédito tributário reembolsável (117 milhões de euros) e ainda o registo de uma sentença do Supremo Tribunal Administrativo, que determinou o pagamento de 228 milhões de euros pelo Estado à EDP, como devolução do montante pago em 2009 pelos direitos de exploração da concessão da barragem do Fridão, cuja construção não ocorreu. Conforme referido no destaque publicado em março de 2023, em 2022 estas transferências de capital incluem os apoios ao grupo TAP (990 milhões de euros), à SATA AIR Açores (197 milhões de euros) e à EFACEC (159 milhões de euros) e a conversão de DTA no montante de 245 milhões de euros.

Em consequência, a despesa corrente perdeu importância relativa no total da despesa (-0,5 p.p.), por contrapartida do aumento do peso da despesa de capital, de 8,6% em 2022, para 9,1% em 2023. A despesa com prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie diminuiu de 37,5% da despesa total para 37,1%, em oposição ao crescimento do peso relativo das remunerações dos empregados (de 24,2% para 24,7%) e dos encargos com juros (de 4,4% em 2022, para 5,1% em 2023).

O Quadro 4 apresenta os principais saldos das AP em 2022 e 2023, com natureza provisória para 2022 e preliminar para 2023.

Quadro 4. Saldos das Administrações Públicas

Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	2022	2023
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento		
	(Saldo em Contas Nacionais)	-779	3 194
	Saldo corrente	6 958	10 931
B.9 - D.41	Saldo primário	3 885	8 945

Os dados relativos a 2023 revelam que o saldo das AP melhorou 3 973 milhões de euros entre 2022 e 2023, passando de uma necessidade de financiamento de 779 milhões de euros (-0,3 % do PIB) para uma capacidade



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social



DESTAQUE

de financiamento de 3 194 milhões de euros (1,2% do PIB). Esta evolução positiva resultou de um aumento na receita (9,0%) mais significativo do que o observado para a despesa (5,2%).

O saldo primário, correspondente ao saldo global líquido da despesa em juros, foi positivo, tal como em 2022, tendo melhorado 5 mil milhões de euros, para 8 945 milhões de euros.

Data do próximo destaque – 23 de setembro de 2024
